

Lendo & Refletindo

OLMA
Observatório Nacional de Justiça Socioambiental
Luciano Mendes de Almeida

JESUITAS BRASIL

37ª EDIÇÃO | 2025



Contradições do Modelo Econômico brasileiro e a necessidade de mobilização social para virar o jogo

Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e membro da
Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB

1. Introdução

Diversas contradições tomam conta do país em várias áreas. Na área da economia, as contradições provocam danos sociais, econômicos, patrimoniais e financeiros, impactando a vida de toda a sociedade.

O modelo econômico que atua no Brasil produz escassez para a imensa maioria das pessoas, enquanto uma minoria é privilegiada e fica cada vez mais rica.

Para ilustrar esse quadro, recorreremos a dados do IBGE¹: em 2023, mais de 90% da população tinha renda de até R\$2.897,00, ou seja, pouco acima de 2 salários-mínimos, que na época somariam R\$ 2.640,00. Em 2022, 31,6% da população da se encontrava em situação de pobreza (renda de até R\$ 637,00 por mês), e 5,9% em condição ainda mais grave, de extrema pobreza (renda de até R\$ 200,00 por mês)².

Como é possível que um dos países mais ricos do mundo, como o Brasil, tenha a maioria de sua população em situação tão degradante?

A chocante desigualdade social existente no Brasil não é um acaso; ela é produzida pelo modelo econômico, muito bem projetado para dar esse perverso resultado.

Há anos a Auditoria Cidadã da Dívida vem, por meio da campanha³ “É hora de virar o jogo”, denunciando a atuação desse modelo econômico, o qual é sustentado principalmente por 4 pilares:

- 1 • o Sistema da Dívida,
- 2 • a política monetária suicida praticada pelo Banco Central;
- 3 • a tributação regressiva,
- 4 • a tributação regressiva, a destruição ambiental decorrente dos abusos cometidos por atividades predatórias que levam à primarização da nossa economia, como a mineração e o grande agronegócio de exportação

A compreensão acerca da atuação desse modelo econômico é fundamental para que a população perceba o quanto ela é atingida, prejudicada, e participe das lutas sociais que enfrentam esse tema, superando a grande mentira que visa excluir a população desse debate, sob a falsa alegação de que entender de economia seria algo restrito a especialistas. A grande mídia e o mercado financeiro excluem os mais atingidos por esse modelo e não abrem oportunidade para o debate, para que prevaleçam as teorias que favorecem cada vez mais o aprofundamento desse injusto modelo econômico produtor de escassez para a imensa maioria da população.

Não é nada fácil vencer esse bloqueio, pois a desigualdade social chegou a tal ponto que, conforme detalhou o Censo Demográfico de 2022, quase 50 milhões de brasileiros e brasileiras (a partir de 18 anos de idade) não receberam instrução alguma ou têm apenas o ensino fundamental incompleto, conforme chocante quadro divulgado pelo IBGE :

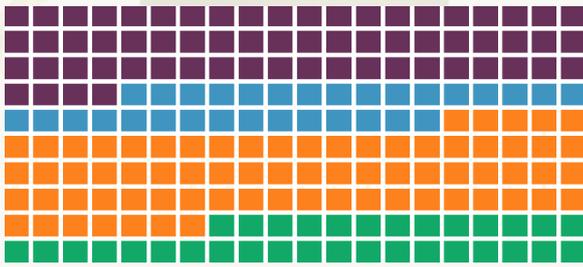


¹ Fonte: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/pnadca/tabelas> - Tabelas 7428 e 7521

² Síntese de Indicadores Sociais, em <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021>

³ <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

IBGE⁴: Nível de instrução (cada bloco = 0,5 %)



Sem instrução e fundamental incompleto:	49.372.917
Fundamental completo e médio incompleto:	23.796.661
Médio completo e superior incompleto:	55.305.618
Superior completo:	25.854.291

Esse dado seria chocante em qualquer parte do mundo, mas no Brasil, um dos países mais ricos do planeta, ele se torna ainda mais cruel.

De acordo com dados que acabaram de ser divulgados, referentes à pesquisa feita pelo IBGE em 2024, houve discreta melhora nesses índices, mas a melhora não é uniforme em todo o país, mantendo-se a alta defasagem educacional que atrasa a vida das pessoas e todo o país.

É preciso que se faça a conexão do estágio atrasado em que nos encontramos em termos sociais, econômico, tecnológico, ambiental etc. com o funcionamento dos eixos do perverso modelo econômico que, de forma contínua e progressiva, promove uma sangria de recursos da base da sociedade para transferi-los e concentrá-los no topo, tornando os ricos cada vez mais ricos, ao mesmo tempo que que impede os investimentos necessários ao nosso desenvolvimento socioeconômico e ambiental.

2. Eixos que sustentam o perverso modelo econômico que atua no Brasil

2.1. Sistema da Dívida

A dívida pública deveria ser um importante instrumento de financiamento do Estado, como aprendemos nos livros de economia. Em teoria, a dívida pública deveria financiar os investimentos de longo prazo para garantir o desenvolvimento socioeconômico e ambiental e o bem-estar de toda a sociedade.

Na prática, temos verificado que a dívida pública no Brasil não tem contrapartida em investimentos, como declarou o Tribunal de Contas da União⁵.

Adicionalmente, a Auditoria Cidadã da Dívida tem denunciado a atuação de vários mecanismos financeiros ilegítimos, como a Bolsa-Banqueiro⁶, por exemplo, de tal forma que a dívida pública tem sido gerada e cresce por meio de vários mecanismos e juros extorsivos, sem qualquer contrapartida em investimentos no país, funcionando às avessas, subtraindo recursos continuamente em vez de aportá-los e viabilizar investimentos.

A esse funcionamento distorcido da dívida pública em nosso país denominamos Sistema da Dívida⁷.

Em 2025, por exemplo, o Projeto de Lei Orçamentária (PLOA-2025) reservou R\$ 177,48 bilhões para Educação, enquanto R\$ 2,528 trilhões foram reservados para o Sistema da Dívida, 14 vezes mais! O Brasil tem deixado de investir em Educação para gastar com a chamada dívida pública, como abordei em recente artigo⁸.

Em 2024, o orçamento federal efetivamente pago destinou quase R\$ 2 trilhões para o Sistema

⁴ <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>

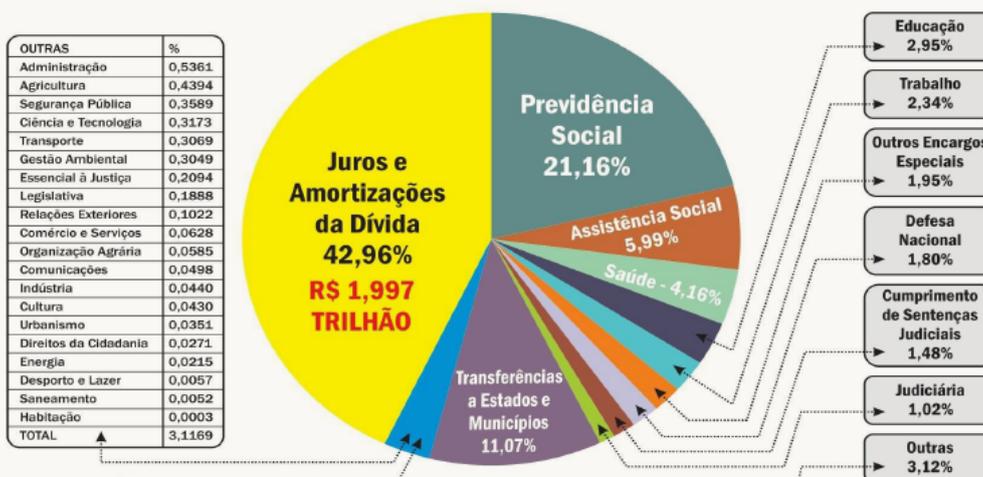
⁵ <https://auditoriacidada.org.br/video/tcu-afirma-que-divida-nao-serviu-para-investimento-no-pais/>

⁶ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/assalto-aos-cofres-publicos-pl-3-877-2020-pl-9-248-2017-plp-19-2019-e-plp-112-2019/>

⁷ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/o-que-e-o-sistema-da-divida/>

⁸ <https://www.extraclasse.org.br/opinia0/2025/05/brasil-deixa-de-investir-em-educacao-para-pagar-divida-ilegitima/>

ORÇAMENTO FEDERAL EXECUTADO (PAGO) EM 2024: R\$ 4.648 TRILHÕES



Fonte: Painel do Orçamento Federal - <https://www1.sioop.planejamento.gov.br/painelorcamento>
Elaboração: Auditoria Cidadã da Dívida. Consulta em 12/2/2025. Orçamento Fiscal e da Seguridade Social. Gráfico por Função, com exceção da Função "Encargos Especiais", que foi desmembrada em 4 partes: "Juros e Amortizações da Dívida" (GND 2 e 6); "Transferências a Estados e Municípios" (Programa 0903); "Cumprimento de Sentenças Judiciais" (Programa 0901) e "Outros Encargos Especiais" (restante da função, composta principalmente pela concessão de financiamentos).

da Dívida, enquanto a Educação ficou com apenas R\$ 137 bilhões (2,95%). E a Saúde com apenas R\$ 193 bilhões (4,16%).

O mais grave é o fato de que essa chamada dívida pública tem sido a justificativa para contínuas contrarreformas, privatizações e políticas de ajuste fiscal, a exemplo do atual arcabouço fiscal, que limitam investimentos sociais e na estrutura do Estado para que sobrem mais recursos para os elevados juros e mecanismos financeiros do Sistema da Dívida.

Os gastos com o Sistema da Dívida representam o verdadeiro rombo das contas públicas no Brasil, mas não são submetidos a qualquer limitação, ou sequer procedimentos de auditoria, como manda a Constituição Federal.

Cabe ressaltar o fato de que a Constituição Federal foi promulgada na década de 80, em meio ao cenário de estagnação econômica decorrente justamente da chamada "crise da dívida externa" provocada pela alta unilateral das taxas de juros internacionais por bancos privados internacionais. Aquela crise abriu espaço para a interferência expressa do FMI na economia do país. O Banco Central realizou sucessivos acordos com bancos pri-

vados internacionais, nos quais assumiu o papel de devedor de dívidas do setor privado (grandes bancos que atuavam no Brasil e empresas). Diversas investigações ocorreram no Congresso Nacional à época, apontando inúmeras irregularidades e nulidades do endividamento externo brasileiro, inclusive a transformação de dívidas privadas em dívidas públicas, transformação de dívida interna em dívida externa e vice-versa⁹. Tudo isso, naquela época, tinha como foco a dívida externa, por isso o artigo 26 do ADCT menciona a auditoria da dívida externa. Porém, em diversas ocasiões ocorreu a transformação daquela questionável dívida externa em dívida interna, que continuou acumulando diversas ilegalidades. Assim, a auditoria prevista na Constituição deve ser compreendida como auditoria da dívida pública brasileira, abrangendo tanto a dívida externa como a interna.

O funcionamento do endividamento público como um Sistema da Dívida dirige, em grande parte, o modelo econômico adotado no Brasil, e está diretamente ligado com a política monetária do Banco Central, outro eixo fundamental desse modelo produtor de escassez para a imensa maioria da população.

⁹ <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13906>



2.2. Política Monetária praticada pelo Banco Central do Brasil

O Banco Central (BC) tem adotado uma política monetária extremamente nociva para o país, pois pratica (a) elevadíssima taxa básica de juros Selic, atualmente no abusivo patamar de 15% ao ano; (b) esteriliza grande volume de moeda (gerando uma falsa escassez de moeda que provoca elevação ainda maior das taxas de juros de mercado), e (c) não exerce controle cambial efetivo, permitindo movimentos especulativos danosos à economia do país.

Além de ineficiente, essa política monetária suicida tem representado elevado custo aos cofres públicos e danos econômicos ao conjunto da sociedade: empresas, pessoas e setor público.

A desculpa mais utilizada pelo Banco Central para elevar a Selic tem sido a “necessidade de controlar a inflação”. Essa desculpa é completamente desprovida de qualquer respaldo técnico, científico ou econômico, tendo em vista que a inflação que existe no Brasil tem sido provocada pela alta dos preços de alimentos (em decorrência de erros de política agrícola e agrária) e dos preços administrados pelo próprio governo (combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica etc.), e não de uma suposta demanda aquecida, que na visão do BC deveria ser combatida por meio de aumentos nos juros.

Subir juros não faz com que os preços de alimentos ou preços administrados caiam, pelo contrário: juros altos podem provocar elevação de preços, pois os juros constituem custo financeiro, que é repassado aos preços dos diversos produtos e serviços.

Assim, subir juros não tem servido para controlar a inflação que existe no Brasil, mas tem provocado imenso dano econômico e financeiro para todos os setores econômicos:

- As **empresas** em geral têm enfrentado grande dificuldade para acessar empréstimos diante do patamar elevadíssimo de juros, inviabilizando as suas atividades, em especial as pequenas (que precisam de capital de giro para se manter) e as mais complexas, como indústrias, que são justamente as que mais geram empregos de qualidade e impulsionam o desenvolvimento tecnológico, a formação avançada da classe trabalhadora, investimentos em educação etc.
- As **pessoas** que recorrem a empréstimos ficam extremamente oneradas com taxas de juros abusivas, pois não há limite de juros no Brasil. O tipo mais comum de empréstimo pessoal é o rotativo do cartão de crédito, que supera os 400% de juros ao ano, apesar da Lei 14.690/2023, que chegou a estabelecer um limite de juros de 100% do estoque da dívida, porém, esse limite tem sido flagrantemente descumprido: não tendo a lei estabelecido o período de tempo, bancos continuam cobrando taxas de juros astronômicas e, logo que os juros incidentes sobre determinada dívida atingem o limite de 100% de seu valor, essa dívida é transferida para outra modalidade de crédito, sobre o qual continuam incidindo os juros sobre juros.
- O **setor público** tem grande perda com as elevadas taxas de juros. Dados do próprio Banco Central¹⁰ demonstram que a cada 1% de elevação da Selic, o gasto com juros da dívida pública aumenta em R\$ 55 bilhões por ano:

ELASTICIDADES DA DLSP E DBGG

	DLSP		DBGG	
	R\$ bilhões	p.p. PIB ¹	R\$ bilhões	p.p. PIB ¹
Desvalorização de 1% na taxa de câmbio ²	-10,4	-0,09	11,5	0,10
Elevação de 1 p.p. na taxa Selic ^{2,3}	55,2	0,47	50,0	0,43
Redução de 1 p.p. nos índices de preços ^{2,3}	-18,1	-0,16	-17,9	-0,15

¹ Impacto na reação DLSP/PIB ou DBGG/PIB conforme o caso
² Impactos são simétricos no caso de valorização cambial, redução de taxa Selic e aumento de índices de preços.
³ Variação mantida por doze meses.

¹⁰ https://www.bcb.gov.br/content/estatisticas/hist_estatisticasfiscais/202412_Texto_de_estatisticas_fiscais.pdf

Se considerarmos as elevações da Selic ocorridas desde setembro/2024, quando essa taxa estava em 10,5% a.a., e o Banco Central iniciou um novo ciclo de alta, chegando a 15% em junho/2025, temos um impacto de mais de R\$ 250 bilhões por ano!

Esse gasto inócuo e sem justificativa corresponde a praticamente o dobro do que foi destinado pelo governo federal à área da Educação durante o ano de 2024 (R\$ 137 bilhões)!

A fim de mobilizar a sociedade para pressionar alteração no patamar de juros no país a ACD tem divulgado a enquete oficial da Câmara dos Deputados¹¹, mediante a qual as pessoas podem opinar sobre o projeto de lei complementar (PLP 104/2022) que visa limitar os juros no Brasil, e, recentemente, disponibilizou o “Manifesto em defesa da soberania nacional, contra o modelo econômico injusto e a política monetária de juros abusivos”, que pode ser assinado por entidades ou pessoas dispostas a pressionar as autoridades de todos os poderes¹².

3. Modelo Tributário Regressivo

A estrutura tributária é outro eixo fundamental do modelo econômico produtor de escassez para a maioria da população, na medida em que a classe trabalhadora e o consumo em geral são os mais onerados. Dessa forma, os mais pobres são os mais penalizados, enquanto inúmeros incentivos fiscais injustificáveis são garantidos aos ricos, além de isenções para lucros e dividendos distribuídos, sem limite, e para a exportação de commodities. As grandes fortunas também não são alcançadas por tributação alguma, apesar de haver previsão na Constituição Federal de 1988 para a instituição de imposto sobre grandes fortunas, como existe em vários países.

Assim, em vez de funcionar como a via óbvia de promover justiça fiscal, cobrando mais dos setores sociais que possuem maior capacidade contributiva, para que os recursos alcancem os cofres públicos e possam financiar políticas sociais que minorem as desigualdades sociais, o modelo tributário vigente tem acirrado as desigualdades.

Essa situação fica ainda mais grave diante do chamado arcabouço fiscal, que impõe teto para os investimentos sociais. Em 2024, por exemplo, verificamos recordes de arrecadação tributária em vários meses do ano¹³. No entanto, para obedecer às metas estabelecidas no arcabouço fiscal, apesar dos recordes de arrecadação, tivemos vários cortes em direitos sociais, cabendo ressaltar o pacote¹⁴ apresentado pelo governo federal ao Congresso Nacional no final do ano, que alterou a regra para o reajuste do salário-mínimo, reduziu o alcance do direito ao abono salarial anual, reduziu a destinação de recursos ao Fundeb, entre outros prejuízos sociais.

4. Economia voltada para mineração predatória e agronegócio de exportação

A mineração e o grande agronegócio de exportação correspondem a mais um eixo que sustenta o injusto modelo econômico que atua no Brasil. Essas atividades representam a primarização da nossa economia, geram empregos de baixa qualidade e têm provocado danos ambientais e ecológicos irreparáveis ao país, mas garantem vultosos lucros às grandes corporações nacionais e estrangeiras que as exploram, pois gozam de vários privilégios, como incentivos fiscais, isenções tributárias, crédito subsidiado etc.

¹¹ <https://auditoriacidada.org.br/vote-na-enquete-oficial-da-camara-e-declare-apoio/>

¹² <https://auditoriacidada.org.br/manifesto/>

¹³ <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2025/01/28/arrecadacao-de-impostos-do-governo-federal-cresce-quase-10percent-e-bate-recorde-em-2024.ghtml>

¹⁴ <https://ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/628720-a-manutencao-do-teto-de-gastos-pelo-projeto-do-arcabouco-fiscal-vem-no-sentido-contrario-ao-que-a-sociedade-brasileira-precisa-entrevista-especial-com-maria-lucia-fattorelli>



“É preciso lutar para modificar esse modelo de escassez”

A grande mídia tem alardeado que o grande agronegócio de exportação tem respondido por grande parte do crescimento (píffio) PIB no Brasil, porém, além de questionamentos em relação a essas estatísticas¹⁵, essa atividade consome grandes volumes de água bruta, recebe privilégios creditícios e tributários, e não resolve o problema da fome: ainda temos milhões de famintos! Apesar do alardeado “sucesso” do Agro, amargamos inflação de alimentos; envenenamento de solo e rios, destruição de florestas para expansão de áreas de plantio e criação de gado, entre várias contradições inaceitáveis e que precisam ser enfrentadas.

É preciso lutar para modificar esse modelo de escassez.

O Brasil possui riquezas e potencialidades suficientes para garantir o desenvolvimento socioeconômico e ambiental do país e vida digna para todas as pessoas.

Várias providências urgentes deveriam estar sendo adotadas para isso, no entanto, o cenário que assistimos ainda está marcado pelo privilégio de bancos, grandes rentistas especuladores do Sistema da Dívida, e grandes corporações que exploram o agronegócio de exportação e a mineração predatória.

O poder político está em grande parte dominado por representantes desses interesses e, siste-

maticamente, busca garantir e até avançar ainda mais seus privilégios, ao invés de atender às urgentes necessidades coletivas.

Esses privilégios ilegítimos se mantêm por meio de justificativas inconsistentes, porém, pouco percebidas pelo conjunto da sociedade, devido ao bloqueio da grande mídia e outros influentes setores em relação ao necessário debate crítico sobre o modelo econômico que atua no Brasil.

A Auditoria Cidadã da Dívida, movimento que completa 25 anos neste ano, tem buscado popularizar o debate sobre a necessidade de enfrentar o Sistema da Dívida por meio de uma auditoria com participação social¹⁶; modificar o modelo econômico¹⁷, limitar os juros no Brasil¹⁸ e garantir direitos sociais¹⁹. Acreditamos que somente a mobilização social consciente de seus direitos sociais e deveres cidadãos será capaz de gerar força suficiente para levar à modificação desse inaceitável cenário de escassez, construindo outro modelo que esteja de acordo com a realidade de abundância que de fato existe em nosso país, avançando em direção à plena democracia, onde todas as pessoas tenham igualdade de oportunidades e sejam efetivamente respeitadas em todos os sentidos.

Convido a todas as pessoas para seguir o nosso movimento e participar dessa construção:

auditoriacidada.org.br

¹⁵ <https://auditoriacidada.org.br/isencao-de-ir-para-elite-rural-mostra-que-e-o-brasil-que-sustenta-o-agro-nao-o-contrario/>

¹⁶ <https://auditoriacidada.org.br/conteudo/cartilha-auditoria-da-divida-publica-ferramenta-fundamental-para-garantir-transparencia-correta-aplicacao-dos-recursos-publicos-e-desenvolvimento-socioeconomico-do-brasil/>

¹⁷ <https://auditoriacidada.org.br/e-hora-de-virar-o-jogo/>

¹⁸ <https://auditoriacidada.org.br/limite-dos-juros/>

¹⁹ <https://auditoriacidada.org.br/campanha-nacional-por-direitos-sociais/>



Maria Lucia Fattorelli

Coordenadora nacional da Auditoria Cidadã da Dívida e membro da Comissão Brasileira Justiça e Paz da CNBB

Especialização (MBA) em Administração Tributária pela FGV-EAESP (2009), Graduação em Ciências Contábeis pela Fundação Educacional Machado Sobrinho (1986) e Graduação em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais (1978). É Coordenadora Nacional da Auditoria Cidadã da Dívida desde 2001. Membro da Comissão da Verdade instituída pelo Parlamento Helênico para auditar a dívida pública grega (2015). Membro da Comissão de Auditoria Integral da Dívida Externa Equatoriana - CAIC - Subcomissão de Dívida Externa com Bancos Privados Internacionais (2007-2008). Atuou como Assessora Técnica da Comissão Parlamentar de Inquérito CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados Federais em Brasília (2009-2010). Auditora Fiscal da Receita Federal do Brasil de 1982 a 2010. Tem experiência na área de Economia, com ênfase em Auditoria da Dívida Pública e Administração Tributária.



Secretário Executivo:
Luiz Felipe Lacerda

Assistente Administrativo:
Kassia S. Oliveira

Projeto gráfico:
Alessandra Tavares

Diagramação:
Comunicação da Província do Brasil

Articulação Institucional:
Isabelle Ribeiro

Voluntária:
Márcia Egg

Conheça outros textos da Coleção Lendo & Refletindo:

1. [Um olhar para a plataforma de litigância climática no Brasil](#)
2. [Uma educação popular para o cuidado em tempos de emergência climática](#)
3. [Igreja em saída e democracia no contexto atual](#)

SIGA O OLMA NAS REDES:

[@olmaobservatório](#)
[olma.org.br](#)

